

III.

CENTRALIDADE DO TRABALHO, CAPITALISMO DEPENDENTE E SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO: o pensamento social da Vânia Bambirra

Ana Cristina Oliveira de Oliveira

Um instante
Aqui me tenho
Como não me conheço
nem me quis
sem começo
nem fim
aqui me tenho
sem mim
nada lembro
nem sei
à luz presente
sou apenas um bicho
transparente.
(GULLAR, 1981).

A AURORA APÓS UMA NOITE DE 40 ANOS...

Foram quatro gerações de espera para que as reflexões da mineira Vânia Bambirra³² sobre o capitalismo dependente aterrizassem em terras brasileiras. O exílio acadêmico e da esquerda brasileira foi cortada pelas mãos dos tradutores Fernando Prado e Marina Machado Gouvêa que possibilitou a existência da primeira versão brasileira em janeiro de 2013, do *O Capitalismo Dependente Latino-Americano*, como o segundo volume da Coleção Pátria Grande – Biblioteca do Pensamento Crítico Latino-Americano organizada e editada pelo Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal de Santa Catarina e pela Editora Insular. Salta-nos de imediato o incomum atraso de sua primeira publicação justamente na língua materna da autora quarenta anos após a sua primeira versão. Tal demora deveu-se ao longo banimento da compreensão sobre a teoria da dependência na versão marxista a partir das distorções do pensamento sobre a dependência latino-americana pela hegemonia no

³²A mineira Vânia Bambirra (1940-2015), professora e pesquisadora da Universidade de Brasília (UnB), da Universidad de Chile/Centro de Estudios Socioeconómicos (CESO) e da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), foi militante revolucionária e teórica fundadora da Teoria Marxista da Dependência junto à Ruy Mauro Marini e Theotonio dos Santos. Bambirra se propôs a tarefa de pesquisar a América Latina em seu conjunto. O resultado de sua pesquisa foi o livro *O Capitalismo Dependente Latino-Americano* (BAMBIRRA, 2013). Esta pesquisa vem preencher uma lacuna no pensamento social brasileiro diante das novas exigências sociais impulsionadas pela crise global do capitalismo e os rebatimentos da ação dos monopólios na América Latina desde o início do século XX. Na sua obra se destaca o rigor-analítico que avança para além da reprodução das “modas” importadas dos países metropolitanos. Ainda de forma especial, sua produção está amalgamada na atuação militante.

pensamento de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. Com isso, a autora foi afastada sistematicamente da literatura crítica sobre o tema. É mesmo de se estranhar que tamanha envergadura da obra de Vânia Bambirra, entre outros intelectuais como Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Andre Gunder Frank, sequer tenha sido publicada antes no Brasil e, ao mesmo tempo, extensivamente publicada em outros países da América Latina, especialmente no Chile e México, fazendo o *ninguneo*³³ (PRADO, 2011).

Este texto surge como resultado parcial das reflexões do Grupo de Pesquisa Trabalho e Direitos Humanos e do Grupo de Estudos e Pesquisa Trabalho, Questão Social e Serviço Social, ambos vinculados ao Núcleo Interinstitucional de Estudos e Pesquisas sobre Teoria Social, Trabalho e Serviço Social (NUTSS) desenvolvido entre os anos 2019 e 2022 sobre relações de exploração da força de trabalho e o capitalismo dependente. Neste breve ensaio, temos a intenção de evidenciar e criticar tendências pós-modernas³⁴ conceituais sobre a centralidade do trabalho, como uma reação burguesa à crise do capital, e que determinam as formações sociais latino-americanas e suas relações com o sistema mundial capitalista. Assim como, abordam as análises das transformações societárias e produtivas no desenvolvimento capitalista dependente, este texto também indica dois componentes correlacionados, à luz das contribuições da intelectual Vânia Bambirra, para o pensamento crítico sobre a formação do capitalismo dependente latino-americano. Um capitalismo dependente que apresenta característica *sui generis* (MARINI, 2000, 2005) ao operar nos mecanismos funcionais do capital monopolista, e com isto, ser determinado à condição de dependente. O primeiro componente diz respeito à crise estrutural do capital e a correlação de forças na luta de classes que contribuem, a cada momento histórico, para a formação de um padrão de exploração da força de trabalho. Tal fato implica em formas modificadas da superexploração do trabalho³⁵ nos países latino-americanos. O segundo componente, articulado ao primeiro, é o método analítico-estrutural que a Vânia Bambirra assume para apreender a categoria analítico-expliativa fundamental da conformação das sociedades latino-americanas, a dialética da dependência (MARINI, 2000, 2005).

De partida, importa assinalar que o debate acerca da formação econômico-social brasileira e o trabalho não é unívoco. Neste texto, apesar de reconhecermos o preciosismo de

³³*Ninguneo* é uma expressão em espanhol derivada do verbo *ningunear*, “[...] que seria fazer que alguém se torne ninguém, ignorando sua existência.” (PRADO, 2011, p. 154).

³⁴O movimento pós-moderno atua no campo da cultura e se contrapõe aos discursos universais “totalizantes e homogeneizadores” (HARVEY, 2008). É importante destacar que, ao combater o “cientificismo” por meio da crítica à razão iluminista/positivista, acaba se aproximando daquele que almeja negar (o positivismo/neopositivismo) e reduz a realidade à uma crença. Com isso, provê a ciência de forma estreita. “A lógica fetichista do capital combina de forma dialética a privatização da vida cotidiana, o culto à identidade micro e aos guetos, com a expansão totalizante e mundializada dos mercados globais, isto é, a postura pós-moderna com a lógica do capitalismo neoliberal e mundializado.” (CARCANHOLO; BARUCO, 2009, p. 140).

³⁵A superexploração do trabalho é uma categoria consistente da TMD, específica da realidade concreta dependente. Esta categoria revela a violação do fundo de consumo da classe trabalhadora na dialética do desenvolvimento capitalista no sistema mundo que provoca a destruição da força de trabalho, como uma lei tendencial. “Em Ruy Mauro Marini, a superexploração aparece como uma lei própria do capitalismo dependente por observar uma regularidade estrutural, uma vez que cumpre a função de compensar as transferências de valor da economia dependente para as economias imperialistas centrais. Nos países centrais, a superexploração, embora possa ocorrer, essa ocorrência tenderia a ser esporádica, não se configurando como lei.” (FERREIRA, 2011, p. 3). Para consultar sobre o ciclo do capital na economia dependente, o padrão de reprodução do capital e a superexploração da força de trabalho conferir Ferreira, Osório e Luce (2012); Luce (2018); Osório (2018); Marini (2000), entre outros.

outras interpretações, à luz da teoria social crítica em Marx, sob a formação social brasileira, nos dedicaremos às contribuições de uma interpretação do caráter condicionante do concreto com a ordem vigente e a uma metodologia comprometida com a totalidade da realidade social. Aqui, a necessidade é estabelecer a relação existente entre a situação de dependência e a estrutura dependente, iluminada sob as análises que Vânia Bambirra estabelece.

Isto posto, entendemos que o ponto de partida para maturar as dimensões das transformações societárias e produtivas no desenvolvimento capitalista dependente é a questão da apropriação do método em Marx. Bambirra parte da concepção ontológica da realidade social, constituindo uma unidade metodológica: teoria, método e concreto social. Deste modo, a apreensão na formulação metodológica da tradição marxista é tornar explícito a compreensão de que o modo de produção no capitalismo dependente é essencialmente articulado à dinâmica que o capitalismo assume historicamente nos países centrais, como “[...] integrante no sistema capitalista mundial, porque se formam dentro do contexto de sua expansão. Nesse sentido, a economia mundial tem que ser tomada como os determinantes em última instância.” (BAMBIRRA, 2013, p. 40). Ao mesmo tempo, a dependência conforma e condiciona a estrutura econômica interna redefinindo a relação com as possibilidades estruturais das diferentes economias nacionais.

DISPUTA IDEOLÓGICA E HEGEMONIA DESENVOLVIMENTISTA: OS REPAROS CRÍTICOS AO “FIM” DO TRABALHO

A novidade radical de nosso tempo é que o sistema do capital não está mais em posição de conceder absolutamente nada ao trabalho, em contraste com as aquisições reformistas do passado. (MÉSZÁROS, 2007).

Nesta seção, nos ocuparemos em sugerir linhas investigativas possíveis a partir de um esforço coletivo, e mais amplo de pesquisa, no sentido da superação de tendências pós-modernas nas análises-explicativas sobre trabalho, capitalismo dependente e a relação com a crise do capital. Esta relação, costumeiramente, é apresentada como um fenômeno externo e coercitivo, contrariando a concepção ontológica da realidade social.

Tal como Marx (1983, 1984), partimos da chave analítica do trabalho como categorial fundamental para a criação de riqueza capitalista³⁶, para Marx o processo de exploração do trabalho não acontece apenas pela ampliação da jornada de trabalho do trabalhador (mais-valia absoluta), mas sobretudo pelo aumento da produtividade do trabalho reduzindo o trabalho concreto, consolidado na mais-valia relativa. Isto ocorre na redução do trabalho necessário (valor de uso) e na ampliação da jornada intensificada do trabalho excedente não

³⁶O enriquecimento capitalista, advém do trabalho excedente não pago é apropriado pelos capitalistas. Na teoria do valor de Marx, a medida e a determinação do valor na unidade e em duplo caráter: o valor de só (trabalho concreto) e o valor de troca (trabalho abstrato), quer dizer que no capitalismo, o valor útil (valor de uso) do trabalho no processo de criação de um produto à sociedade unifica-se ao valor de troca ao ser destinado à venda, à distribuição como mercadoria de valor. Assim, o trabalho deixa de ser exclusivamente útil-concreto ao produzir valor de uso e se transforma em trabalho abstrato ao realizar, concomitantemente, o valor de troca (MARX, 1983, 1984).

pago (valor de troca). Desta forma, podemos observar que a inserção de novas tecnologias³⁷ contemporâneas exacerba e aprofunda o fosso da exploração do trabalho alheio ao mesmo tempo em que engrossando o exército industrial de reserva³⁸.

Esta tese entra em confronto com as posições defendidas por vários autores contemporâneos de Marx, como James Mill, Mac Cullouck, Senior, entre outros, que insistiam na tese de que o deslocamento de trabalhadores pela maquinaria liberaria, ao mesmo tempo, capital para reabsorção dos trabalhadores despedidos. Para Marx (1984), o que ocorre é que, em alguns casos, a anexação acessória de ramos de produção se desenvolve, incentivada pela grande indústria mecanizada.

Assim, retomando a unidade dialética do valor (valor de uso e valor de troca), podemos arrematar que a posição dos pensadores pós-modernos abriga uma tendência que esconde esta dupla determinação. Dito de outra forma, ao defenderem o fim da centralidade do trabalho, infringem a destinação das duas faces do trabalho (o concreto e o abstrato), e a sua inter-relação. A ferida aberta criada por tais pensadores pós-modernos, ao maximizarem o trabalho abstrato (estranhado) nega o trabalho útil concreto, descolando-o de sua unidade³⁹.

O que podemos identificar, na disputa de ideias, é um paradigma não apenas como “pós-moderno”, mas com tendências que planam afirmações irracionistas⁴⁰ (LUKÁCS,

³⁷Marx já nos advertia que com a introdução da maquinaria tivemos consequências prejudiciais para a força viva de trabalho. Em *O Capital* (1984, livro 1, volume 2), Marx argumenta os efeitos que as inovações tecnológicas, em especial a maquinaria, trazem ao capitalismo e a diminuição do chamado tempo de trabalho socialmente necessário. Marx (1984, p. 7) alerta que “[...] igual a qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, ela se destina a baratear mercadorias e a encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador precisa para si mesmo, a fim de encompridar a outra parte da sua jornada de trabalho que ele dá de graça para o capitalista.” E no processo concorrencial com outros capitalistas, ele consegue um lucro extraordinário. “Com a generalização da maquinaria num mesmo ramo de produção, cai o valor social do produto da máquina para seu valor individual e se impõe a lei de que a mais-valia não se origina das forças de trabalho que o capitalista substituir pela máquina, mas pelo contrário, das forças de trabalho que ocupa com ela.” (MARX, 1984, p. 31).

³⁸Marx, no livro *O Capital* (1984), de maneira geral, indica que o desemprego estrutural é uma condição da sociedade capitalista quando a superpopulação relativa se apresenta como o elemento crucial de fornecer aos processos de acumulação do capital, além da força de trabalho diretamente envolvida na produção, uma reserva significativa de mão-de-obra que pode ou não substituir esta força de trabalho, caso necessário, ou seja o exército industrial de reserva. Conforme Marx menciona, “a [...] população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional” (MARX, 2013, p. 707).

³⁹O esforço de acúmulo coletivo indicado por pesquisadores críticos às tendências pós-modernas (ANTUNES, 1995; HARVEY, 1993; COGGIOLA, 1995; GORZ, 1989; KUMAR, 1997; TEIXEIRA, 1995) ganha espaço como uma forma de compreensão da vida social ao contestar as análises que se envergam às teses do “fim da história”, “fim do trabalho”.

⁴⁰György Lukács, em *A Destruição da Razão* (2020), evidencia o irracionismo como uma tendência reveladora da filosofia reacionária dos séculos XIX e XX, como uma resposta aos problemas da luta de classes. O autor intenciona alcançar esta compreensão quando revela: “Queremos demonstrar, pelo contrário, que as diferentes etapas do irracionismo surgiram como respostas reacionárias a problemas da luta de classes. O conteúdo, a forma, o método, o tom etc. de sua reação contra o progresso na sociedade não são determinados por tal dialética interna própria ao pensamento, mas, sobretudo, pelo adversário, pelas condições de luta, que são impostas à *bourgeoisie* reacionária. Isso precisa ser fixado como princípio básico do desenvolvimento do

1999) e que deturpam a realidade social. Como explica José Paulo Netto (1978, p. 41), “[...] o texto [de *A destruição da razão*] expõe a emergência do irracionalismo moderno, a sua aparição e expansão até se converter em corrente dominante da filosofia burguesa do período imperialista.”.

Nestes termos, localizamos a convocatória do “adeus ao trabalho”, dentro deste universo irracionalista. Como destacado por Sousa, Silva e Marinho (2020, p. 75) estas afirmações irracionalistas e relativistas despolitizam o debate, ao dizer que

[...] cumprem estes pensamentos a função conservadora e estabilizadora da ordem numa esteira que os unifica e as suas derivações retóricas à lógica contrarrevolucionária que fragmenta as lutas sociais tratando homens e mulheres como ilhas, como indivíduos autônomos desconectados da determinação social ao qual estão imersos. É um ardid da realidade que cumpre a função de fragmentação das lutas sociais.

Neste interim destacamos alguns pontos desta controvérsia. O primeiro elemento que apontamos aqui diz respeito às transformações societárias e às mudanças na organização do trabalho. O lugar privilegiado do avanço do debate da centralidade do trabalho na contemporaneidade ganha contornos, a partir da década de 1970, desqualificando o trabalho como fundante do ser social e a centralidade do trabalho descolada da crise do capital.

Ainda em curso, este é o período que apresenta um contexto de expansão da globalização do capital no processo de acumulação flexível (ANTUNES, 1995), implicando em níveis elevados de desemprego e subemprego; flexibilização e precarização do trabalho; rebaixamento salarial real e regressão da direção sindical associada à perda de direitos na reconversão de forças produtivas no desenvolvimento de atividades precarizadas e flexibilizadas. “Constitui, portanto, uma nova parcela que amplia e diversifica a nova morfologia do trabalho⁴¹ no Brasil e em várias partes do mundo.” (ANTUNES, 2018, p. 151)⁴².

Desta forma, sob os argumentos glorificados pós-modernos, em especial por André Gorz, Claus Offe e Jürgen Habermas, parece razoável a recusa do trabalho como um valor social, deixando de ser central na esfera social. Para estes autores, com o incremento das inovações tecnológicas, ainda presente desde a reestruturação produtiva ao largo dos anos 1970, as metamorfoses no mundo do trabalho parecem indicar para a desqualificação e

irracionalismo.” (LUKÁCS, 2020, p. 14-15 – grifo do autor). Lukács desnuda as tendências contrárias ao materialismo histórico e dialético e aponta, categoricamente, a eliminação radical da história.

⁴¹Antunes (2018, p. 151) ilustra que a nova morfologia do trabalho, como parte das forças sociais do trabalho gerando mais-valor e valorização do capital, “[...] compreende desde o operariado industrial e rural clássicos até os assalariados de serviços, os novos contingentes de homens e mulheres terceirizados, subcontratados, temporários. Nova morfologia que presencia a ampliação do número de proletários do mundo industrial, de serviços e do agronegócio, de que são exemplos também as trabalhadoras de telemarketing e call-center, além dos digitalizadores que laboram (e se lesionam) nos bancos e que se desenvolveram na era digital, da informática e da telemática, dos assalariados do fast-food, dos trabalhadores jovens dos hipermercados, dos motoboys que morrem nas ruas e avenidas, usando suas motocicletas para transportar mercadorias etc.”.

⁴²Vale lembrar que sobre isso, Mészáros (2002, p. 795) afirma que: “[...] crises de intensidade e duração variadas são o modo natural de existência do capital: são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação. Nesse sentido, a última coisa que o capital poderia desejar seria a superação permanente de todas as crises, mesmo que seus ideólogos e propagandistas frequentemente sonhem com (ou ainda reivindicuem a realização de) exatamente isso.”

precarização do trabalho e, com isto, a classe trabalhadora estaria definindo até o seu desaparecimento. Nesta direção, este pensamento aniquila a importante perda do papel histórico da criação de riqueza capitalista.

O trabalhador que foi transformado num apêndice da máquina durante os períodos de implantação das Revoluções Industriais historicamente apresenta as seguintes fases:

(i) a Primeira Revolução Industrial (século XVIII, entre 1760-1840) configurada pela produção de grande escala na qual as formas agrícolas e artesanais assumem lugar secundário diante da introdução do modelo industrial com a utilização da maquinaria e a substituição do trabalho artesanal pelo assalariado;

(ii) a Segunda Revolução Industrial II (entre 1850 à meados de 1945) provocada pelo incremento de indústrias químicas, elétrica, petrolífera e do aço, além do avanço nos transportes e comunicação;

(iii) a Terceira Revolução Industrial (1950 até 2010) marcada pela substituição paulatina da mecânica analógica pela digital, pelo uso de tecnologia informacional (microcomputadores), criação da internet, digitalização documental e de arquivos, a invenção da robótica e microeletrônica⁴³.

Vale sublinhar os desdobramentos da formação do imperialismo e dos monopólios no final do século XIX e início do século XX. Os estudos que Lenin (2005) aprofundou sobre o imperialismo demonstraram que as crises e depressões da economia alimentaram a concentração do capital e a formação dos monopólios, ou seja, criaram condições para que o capital pudesse continuar se reproduzindo. Nas palavras do autor,

[...] Assim, o resumo da história dos monopólios é o seguinte: 1. Décadas de 1860 e 1870, o grau superior culminante, de desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não constituem mais do que germes quase imperceptíveis; 2. Depois da crise de 1873, longo período de exceção, não são ainda sólidos, representando ainda um fenômeno passageiro; 3. Ascensão do final do século XIX e crise de 1900 a 1903: os cartéis passam a ser uma das bases de toda vida econômica. O capitalismo transformou-se em imperialismo. (LENIN, 2005, p. 23).

(iv) A Quarta Revolução Industrial (a partir do ano de 2011 até o momento atual) articulada à Indústria 4.0. Esta atual Revolução Industrial conflui a maioria das tecnologias com a ampliação dos processos produtivos cada vez mais automatizados e robotizados em toda a cadeia de valor controlada digitalmente, o que constitui, conforme Antunes (2018), uma “escravidão digital”⁴⁴ dominada pela expansão do “trabalho uberizado”, na qual a relação entre tempo da informação e distância geográfica é rompida e superada.

⁴³A terceira Revolução Industrial é marcada, a partir dos anos 1970, pelo processo de reestruturação produtiva intensificado com a política neoliberal e a abertura econômica, na qual acarretou transformações no processo produtivo, na gestão e organização do trabalho (ANTUNES, 1998; ALVES, 1993).

⁴⁴Ricardo Antunes (2018) ao tratar da indústria 4.0, que combina autoincremento tecnológico e exploração do trabalho, explica que a atual forma configura o trabalho uberizado que, por sua vez, o denomina no seu livro O privilégio da servidão (2018), de “escravos digitais”. O interessante aqui é alargar a compreensão sobre o

Notadamente, esta fase industrial recente é reforçada pela inegável redução de poder de barganha entre os trabalhadores de todo o mundo. Segue com marcas profundas nos trabalhadores de capitalismo dependente com a ampliação do exército industrial de reserva, na qual os trabalhadores, denominados de “parceiros” trabalham com as plataformas digitais. Estes mecanismos aprisionam o trabalhador ininterruptamente sem limites de horário, de forma on-line, com remuneração abaixo das condições mínimas ou insuficientes para sua sobrevivência.

Isto posto, a precarização do trabalho e o (des)valor social do trabalho, sob a perspectiva dos fundamentos ontológicos, reivindicam a compreensão da “devastação do trabalho”, à luz da crítica da economia política (ANTUNES, 2018). Vale lembrar que, ao longo do último quarto do século XX, as inovações tecnológicas no capitalismo dos monopólios, com a concentração e centralização do capital (MARX, 1983), amplificam-se de forma acelerada. Isto implica alterações nos planos produtivo, de mobilidade, de comunicação, cultura, entre outros âmbitos das relações sociais impulsionando outras formas de organização de gerenciamento e produção. A conjuntura atual evidencia que

[...] parte desse movimento se expressa em um leque de palavras presentes nas plataformas digitais que, a despeito de não designarem exatamente os mesmos processos, se aproximam por se relacionar ao uso de ferramentas digitais e da internet para gerir a produção e o trabalho, como as chamadas plataformas digitais e os aplicativos. Uma miríade de atividades pode ser efetuada presencialmente (entregas, transporte, limpeza etc.) ou eletronicamente (por meio do próprio computador, como serviços de engenharia, tradução etc.). (ANTUNES, FILGUEIRAS, 2020, p. 29).

Neste lastro, parte substantiva dos trabalhadores é posta frente à precarização e flexibilização do trabalho sujeita ao trabalho informal, à plataformização digital e à uberização das relações de trabalho (*Ibidem*)⁴⁵, incrementadas pela redução de salários e perda de direitos sociais impostas pelos governos aliados ao ideário neoliberal.

Este é o caminho para explicar a constatação de que é no “fim” do trabalho abstrato que os autores com tendências pós-modernas alicerçam a sua tese, como uma categoria determinante, devido à constante diminuição do componente vivo do trabalho em relação ao

trabalho uberizado para além dos trabalhadores que trabalham em plataformas como Uber ou iFood. Para o autor, a diversidade de modalidades de trabalho em outras profissões, no amplo campo dos serviços, tende a se converter em trabalhadores uberizados, principalmente a partir da aprovação da Reforma Trabalhista de ex-Presidente da República Michel Temer (2016-2018) ao favorecer a aprovação do trabalho intermitente com o “contrato zero hora” (o trabalhador nesta modalidade é convocado conforme a demanda e remunerado com base nestas horas que efetivamente trabalhar).

⁴⁵As diversas terminologias das novas formas de organização do trabalho associados ao uso da Tecnologia da Informação e comunicação (TIC) - *Gig-economy*, *platform economy*, *sharing economy*, *crowdsourcing*, *on-demand economy* (presencialmente), uberização, *crowdwork* (efetuado digitalmente), *collaborative economy*, trabalho digital, entre outros. Mais do que as definições, Antunes e Filgueiras (2020) nos atenta que essa terminologia pretende identificar fenômenos que possuem as seguintes identidades típicas da TIC: 1) contatos *on-line* entre produtores e consumidores; trabalhadores e empresas; 2) uso de aplicativos ou plataformas para acesso em computador ou instrumentos móveis de comunicação; 3) uso abrangente de dados digitais para a organização e gestão dessas atividades; 4) relações estabelecidas por “demanda” (ou seja, que resultam de arranjos por cada produto, desprovidos de segurança jurídica capaz de garantir sua continuidade).

componente morto (percebido na redução do setor industrial e agrícola e ampliação do setor de serviços). Em sua exposição Antunes (1995, p. 85) indica que

[...] os críticos da sociedade do trabalho com honrosas exceções, “constatam empiricamente” a perda de relevância do trabalho abstrato na sociedade moderna, convertida em sociedade “pós-industrial” e de “serviços” e, conseqüentemente, deduzem e generalizam, a partir daquela constatação, “o fim da utopia da sociedade do trabalho” em seu sentido amplo e genérico.

Diante disto, a precariedade do trabalho e suas formas tendenciais no Brasil, por conseguinte, é relacional aos processos de superexploração da força de trabalho no contorno do “novo proletariado de serviços na era digital” (ANTUNES, 2018, 2020), se apresentando de forma mais perversa e desigual nas mulheres pretas e periféricas. Olhando sob este prisma, os problemas do desemprego, da informalidade do trabalho, da precarização e das novas formas de gerenciamento, não são uma abstração tal como os intérpretes da tese do “fim” da centralidade do trabalho defendem e determinam, de forma descolada das relações sociais que as solidificam. Isto, por si só, aponta para uma produção de conhecimento com análises liberais e fragmentárias sobre o trabalho. Estas aproximações, no que lhe diz respeito,

[...] sinalizaram para a presença de análises liberais e fragmentária sobre o trabalho, como a significativa incidência do debate sobre pobreza relacionada à inclusão social, a partir de estudos sobre programas de geração de renda, empreendedorismo e qualificação para o mercado de trabalho (ABEPSS, GTP TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL, 2015. [...] estão conectadas às ideologias pós-modernas na produção teórica, perpassando desde tendências da gestão empresarial ao debate da nova questão social e as novas capacidades e ‘capital humano’. (AMARAL *et al.*, 2021, p. 223).

Podemos agora concluir que esta é uma perspectiva que fragmenta e se distancia de pensar o trabalho na sua totalidade e como parte do movimento do modo de produção capitalista. Por esta razão, afirmamos a necessidade de elevar o pensamento para expressar a lógica da produção e reprodução social como uma unidade dialética indivisível.

E, neste dorso, tais tendências pós-modernas escamoteiam a realidade da natureza da riqueza capitalista e, conseqüentemente, a negação da própria existência de classes sociais, naturalizando o capitalismo como um fim em si mesmo. Em outras palavras, tais autores irracionalistas, ao sustentarem a tese do “fim” da centralidade do trabalho, em última instância, defendem o desenvolvimento de uma sociedade “pós-industrial”, na qual o trabalho deixaria de ser central nas relações sociais por não ser mais o criador de riqueza capitalista como ocorrera no passado em comparação com a atualidade.

O segundo elemento presente nas investigações com tendências pós-modernas nas análises das relações sociais é o tratamento das transformações societárias no mundo do trabalho circunscritas ao trabalho abstrato (o trabalho produtor de mercadorias que cria valor realizado na mercadoria). No conjunto das análises, não se evidenciam as relações sociais na

estrutura do modo de produção capitalista. Esta conclusão equivocada acaba desconsiderando a acumulação capitalista e seus efeitos sobre a classe trabalhadora. Expresso de outra forma, obscurece a Lei Geral da Acumulação Capitalista (MARX, 1984) na produção de mais-valor. Consideramos que esta é uma chave heurística essencial para dar início ao começo de qualquer investigação concreta que pretenda avançar nos estudos sobre trabalho e capitalismo dependente.

Neste alicerce, vale lembrar dos argumentos de Netto (2001) e Iamamoto (2001) quando sustentam os fundamentos da Lei Geral da Acumulação. Os autores elucidados por Marx, referendam o contorno da “questão social” e a intrínseca relação com o desenvolvimento capitalista e suas novas configurações, como rearranjos da subsunção do trabalho ao capital⁴⁶ (MARX, 2004). Em outras palavras, estas configurações constituem parte das estratégias capitalistas para substituir o trabalho vivo pelo trabalho morto, nos seus diferentes estágios. Nesta leitura analítica, a questão social assenta-se na Lei Geral de Acumulação Capitalista, uma vez que

[...] quanto maior a riqueza social e o capital tornado potência social e produtiva dominante”, mais contradições originam das relações sociais determinadas pelas relações sociais da propriedade privada dos meios de produção, da divisão do trabalho, da troca, da exploração da força de trabalho, da apropriação privada da riqueza. (MARX, 2013, p. 697).

O terceiro elemento intrínseco à Lei Geral da Acumulação Capitalista é a Lei do Desenvolvimento Desigual⁴⁷ na qual o tema trabalho e imperialismo assumem relevância como um fenômeno social combinado ao processo histórico do desenvolvimento da dependência latino-americana, em particular a brasileira. Isto eleva a compreensão da dependência como a síntese de múltiplas determinações que reciclam a Lei Geral da Acumulação Capitalista, originalmente a partir da acumulação primitiva. Por conseguinte, recomendamos que haja um esforço coletivo de análise, com aproximações sucessivas do concreto, retirando do próprio movimento real as mediações.

Por isso, apesar do acúmulo teórico-metodológico e maturidade intelectual na tradição marxista, podemos concluir que os avanços dos pesquisadores subjugam, na estrutura analítica, a apreensão da dependência e da superexploração da força de trabalho (MARINI, 2000, 2005; BAMBIRRA, 2013) na sua totalidade.

⁴⁶Seguindo a análise marxiana (MARX, 2004), a subsunção real do trabalho opera na conformação dos processos produtivos tendo a sua gênese na Revolução Industrial, ou seja, no surgimento da produção particular capitalista, no último terço do século XVIII, através da maquinaria característica da grande indústria e da fusão de capitais. Para uma maior aproximação categorial da subsunção formal e real do trabalho ver Marx (1983, 1984, 2004).

⁴⁷Lenin (1965, p. 342) num artigo de 1915 afirmou que “[...] o desenvolvimento econômico e político desigual é uma lei absoluta do capitalismo.” A lei de desenvolvimento desigual desenvolvida por Lênin e abordada por Trotsky como a lei de desenvolvimento desigual e combinado, guardadas as devidas formulações de cada autor, definem no plano internacional as relações desiguais capitalistas por conta da desigualdade de ritmo do desenvolvimento no mundo. Estas relações com acentos mais modernos nas nações avançadas e sua adaptação às condições materiais e culturais arcaicas. “Desse modo, os países atrasados ingressavam na era industrial mantendo pendentes as soluções das principais tarefas “democrático-burguesas”, tais como as questões agrária e nacional.” (DEMIER, 2007, p. 79).

Naquilo que estrutura o capitalismo dependente, consideramos que o equívoco nas análises é não assumir que as relações de superexploração da força de trabalho estão estabelecidas pelo mercado mundial capitalista e, em função disso, integradas à totalidade dos desdobramentos da lei do valor.

É evidente que o avanço da barbarização e “mercantilização das relações sociais” (VIANA, 2018) está em todas as dimensões da vida na formação social brasileira nas suas relações globais com a totalidade dos processos de acumulação do capital. Dito de outra forma, eis um elemento de precisão cirúrgica que desnuda a formação social brasileira nas suas relações sociais expressas na lei do desenvolvimento desigual e na intensificação da superexploração da força de trabalho. Neste contexto, reafirmamos o método histórico-dialético de análise da realidade, a partir da contribuição de Vânia Bambirra, como vigente e permanente no capitalismo dependente na contemporaneidade.

CONTRIBUIÇÕES DA VÂNIA BAMBIRRA SOBRE CAPITALISMO DEPENDENTE E SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO: UMA QUESTÃO DE MÉTODO?

Em Latinoamérica se viven pues momentos cruciales, doente las alternativas contempladas por la ciencia están siendo sometidas a prueba por la lucha política de las clases sociales en confrontación. El papel previsor de la ciencia está limitado por la práctica concreta del movimiento social que es lo que em definitiva concretizará o no alternativas y tendencias. (BAMBIRRA, 1972,).

Se olharmos com atenção, este debate na disputa hegemônica de classe já se encontra em Marx, no século XIX, como um problema quando este analisa os efeitos humanos devastadores das inovações tecnológicas sobre a classe trabalhadora.

Ao analisar o caráter condicionante, Vânia Bambirra (2013, p. 38) ilustra esta compreensão ao lançar os argumentos de Theotônio dos Santos no texto *La crisis de la teoría del desarrollo y las relaciones de dependencia en América Latina*, evidenciados da seguinte forma:

- a) Em primeiro lugar, devemos caracterizar a dependência como uma situação condicionante. A dependência é uma situação na qual certo grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia à qual se encontra submetida. [...]. Uma situação condicionante determina os limites e possibilidades de ação e comportamento dos homens. [...]
- b) Deste ponto podemos chegar a nossa segunda conclusão geral introdutória: a dependência condiciona uma certa estrutura interna que a redefine em função das possibilidades estruturais das diferentes economias nacionais.

A ilustração desta perspectiva expande a análise entendendo que tais fatores condicionantes não se configuram, apenas como um ponto de partida, mas como seu objeto de investigação. A lente analítica-explicativa vem não para construir uma nova teoria do desenvolvimento. A proposta é, acima de tudo, elucidar uma teoria da dependência, qual seja, reconhecer nas manifestações históricas específicas o processo de transformação das

estruturas dependentes. Estas abarcam o desenvolvimento das sociedades latino-americanas no sistema mundo referendadas na Lei Geral da Acumulação Capitalista, na organização do processo produtivo e nas relações definidas pela divisão internacional do trabalho.

Apesar desta dependência apresentar analogia entre os condicionantes que configuram o “[...] conjunto de sociedades dependentes [...]” (BAMBIRRA, 2013, p. 39) na relação com os centros hegemônicos, há que se diferenciar pela “tipologia das estruturas dependentes” (*Ibidem*). Neste caminho, Vânia Bambirra concentra o esforço no “estudo específico das estruturas dependentes concretas” de cada país, com aproximações sucessivas à realidade concreta, a partir do pós-guerra de 1945.

A materialidade no corte analítico a partir do pós-guerra de 1945, indicada por Bambirra (2013, p. 40) está sobretudo na característica especial da “[...] nova fase do processo de integração dessas sociedades ao sistema capitalista monopolista mundial.”, que se configura de forma singular neste período.

É somente após a Segunda Guerra Mundial que a integração monopólica mundial se cumpre de forma plenamente definida e esse torna dominante, seja através do processo mais acelerado de integração no nível das grandes empresas multinacionais, seja através da criação de organismos internacionais para a integração política, seja através dos tratados de integração militar, seja, por último, através da expansão do capitalismo monopolista de Estado. (*Ibidem*).

A égide do capitalismo dependente continua a subordinar o seu desenvolvimento, aos dinamismos das nações capitalistas avançadas, elementos estruturantes nos processos da modernização burguesa em nosso país que se explicitam neste período da contrarrevolução preventiva e prolongada. Como assinala Mandel (1990), a “onda longa expansiva” favoreceu para a expansão da concentração e centralização do capital com uma intensa reprodução e que nas palavras do autor

Essa expansão (boom do pós-guerra) tinha dado um impulso poderoso a um novo avanço das forças produtivas, a uma nova revolução tecnológica. Propiciou um novo salto para a concentração de capitais e a internacionalização da produção, as forças produtivas ultrapassando cada vez mais os limites do Estado burguês nacional (tendência que começou a se manifestar desde o início do século, mas que se amplificou consideravelmente desde 1948). (MANDEL, 1990, p. 11-12).

Na América Latina, o capitalismo se desenvolve, portanto, articulado ao contexto da expansão e evolução do capitalismo mundial de países centrais, configurando tipos específicos de capitalismo dependente. (OLIVEIRA; SOUZA; SOARES, 2019).

Desta forma, a partir do pós-guerra de 1945, devido ao grande desenvolvimento das forças produtivas que a guerra permite concentrar na economia estadunidense – o que faz culminar o processo de monopolização, centralização e concentração da produção por parte das empresas

multinacionais -, verifica-se nos países latino-americanos uma série de transformações substanciais. Tais transformações reorientam o sentido da industrialização dos países nos quais esta já havia começado, e iniciam e orientam a industrialização em vários países que até então não tinham desencadeado este processo. (BAMBIRRA, 2013, p. 33).

A autora, num esforço analítico-explicativo traz um tratamento singular como uma intérprete da formação social latino-americana. A autora configura sua análise como um diferencial em relação à outras análises histórico-sociológicas ou ainda sociológicas inspiradas na tradição marxista, ao fazer a apropriação das análises da formação social brasileira a partir da crítica da economia política e compreensão profunda da lei do valor. Conforme reforça a autora, para a compreensão do capitalismo dependente, há que se considerar duas ordens de necessidades correspondentes. E, como a autora propõe, trata-se de uma metodologia histórico-estrutural. A primeira diz respeito ao caráter e às contradições do capitalismo dependente na fase de integração monopólica mundial (BAMBIRRA, 2013), na qual as sociedades latino-americanas fazem parte desta integração. Esta necessidade possibilita esclarecer o caráter e as contradições do capitalismo dependente na fase de integração monopólica mundial que, em primeiro lugar, explicita a profunda crise mundial do capitalismo. Num segundo momento,

[...] oferecer elementos para a reorientação da concepção estratégico-tática que guiava os movimentos revolucionários, o que se fazia imprescindível frente aos duros reveses sofridos por esses movimentos, que se deviam em parte aos seus equivocados pressupostos programáticos. (BAMBIRRA, 2013, p. 28).

Ao colocar o problema da revolução como uma questão teórica (FERREIRA, 2017) Bambirra estuda no capitalismo dependente latino-americano o processo de industrialização e integração de mais de vinte países da América Latina ao mercado mundial, trazendo o concreto para a análise. A autora apresenta, ainda, como estas formações sociais desenvolvem uma estrutura de classes e características de um Estado autárquico, de poder, de domínio e dominação estatal a partir destas particularidades da história da industrialização em cada uma dessas formações.

Bambirra (2013) tem como princípio que o desenvolvimento do capitalismo na América Latina ocorre dentro do contexto da expansão e evolução do capitalismo mundial. Ao fundamentar a tipologia da dependência (industrialização estrutural socioeconômica), ela compreende que o capitalismo latino-americano, definido pela Lei Geral de Acumulação Capitalista, assume tipos específicos de capitalismo dependente ligados à dinâmica histórica do capitalismo dos países centrais.

AS DESVENTURAS DO DESENVOLVIMENTISMO LATINO-AMERICANO

O método de análise histórico-estrutural que Vânia Bambirra segue sobre o que pode ser definido como um conjunto de sociedades capitalistas dependentes leva em consideração que a integração dos países latino-americanos ao sistema capitalista mundial, no século XIX,

só poderia ter se fundamentado como economias primário-exportadoras. Portanto, aqui se estabelece a intrínseca relação entre a Lei Geral da Acumulação Capitalista e o capitalismo dependente latino-americano.

Outro importante enfoque de sua análise é a diferenciação dos componentes internos essenciais, estrutura esta que depende de cada país na América Latina através da agrupação de tipos. Isto se apoia no marco geral das economias exportadoras, ou seja, alguns países adquiriram a independência em momentos e tempos históricos distintos, tanto nos aspectos dos regimes políticos quanto das suas economias e indústrias em relação à definição do novo caráter da dependência pós-1945.

A proposta metodológica indica os dois grandes tipos de estrutura dependente. O tipo A é constituído por países cujo processo de industrialização começou a partir das últimas décadas do século XIX (Brasil, Argentina, México, Uruguai, Chile e em menor medida Colômbia). Isto é, nestes países do tipo A, desde o fim do século XIX, já tinham um significativo setor industrial e em todos esses países a industrialização recebe um novo impulso com a Primeira Guerra Mundial, conforme os exemplos citados abaixo:

No período entre 1900 e 1905, o setor industrial na Argentina já contribuía com 18% do produto interno, e no México com 14%. Na Argentina, o censo de 1920, registra mais de 13.000 estabelecimentos industriais, com uma ocupação total superior, a 310.000 pessoas. No México, no início do século, somente a indústria têxtil ocupava aproximadamente 30.000 pessoas e dispunha de quase 7000.000 fusos e mais de 20.000 teares, equipamentos que correspondiam, em sua maioria, à tecnologia mais avançada da época; a produção siderúrgica, por sua vez, teve início no México em 1903. No Chile, as primeiras tentativas de industrialização datam do último quarto do século XIX. A importação de bens de consumo caiu (em termos relativos) de 89,6% a 48,5% no período de 1870 a 1907. [...]. No Uruguai, o começo da industrialização também se deu ao final do século XIX de 1815 em diante, a partir das leis protecionistas, desenvolveu-se uma indústria – em boa medida artesanal – que tendeu a monopolizar o consumo interno em determinados setores. [...] Uma pesquisa da Oficina Nacional do Trabalho, realizada em 1926, documenta a existência de 6.328 estabelecimentos industriais e 65.700 assalariados (81% em Montividéu), aproximadamente 10% da população ativa do país. [...] Wanderley Guilherme dos Santos, citando Serzedelo Correa, diz que o surto industrial de fim de século, cuja magnitude relativa pode ser aferida pelo expressivo índice de 12% sobre o importando total dopais, a que atingiu a importação do ferro e do aço em 1886. (BAMBIRRA, 2013, p. 56-57).

Já os países de tipo B sofreram o processo a partir da Segunda Guerra Mundial, apresentando-se controlados diretamente pelo capital estrangeiro e compostos pela predominância de indústrias artesanais (Peru, Venezuela, Equador, Costa Rica, Guatemala, Bolívia, El Salvador, Nicarágua, Honduras, República Dominicana e Cuba). A autora sugere, ainda, a possibilidade da constituição de um terceiro tipo C, com os países de estrutura agrário-exportadora, sem diversificação industrial, incluindo Paraguai, Haiti e, talvez, Panamá.

A organização estrutural dos países de capitalismo dependente por tipologias foi um recurso vital para explicar os diferentes níveis de desenvolvimento capitalista nos países latino-americanos. Neste contexto, salta-nos aos olhos a compreensão que a autora revela quando evidencia o motivo pelo qual apenas nos países de tipo A dão origem a uma burguesia industrial nacional com a capacidade de oferecer à sociedade um projeto próprio de desenvolvimento. Para a autora, somente nestes países ocorreu, de fato, o processo de substituição de importações pelas indústrias nacionais por meio do deslocamento do bloco primário-exportador da condução hegemônica da sociedade.

Já nos países de tipo B, suas burguesias industriais não representaram peso substantivo frente ao controle do capital estrangeiro. Tais nações não apresentaram condições suficientes para mobilizar a população através do fenômeno do populismo nacional. Desenvolveram, apenas um tipo de “populismo defensivo”, “[...] cujo eixo era a afirmação da nação e a negação do imperialismo, um “populismo” oligárquico para chantagear o imperialismo.” (SEABRA, 2013, p. 453).

Seguindo esta análise, a autora imprime esforços para explicar as estruturas dependentes na fase da integração monopólica mundial e investiga o impacto das transformações no sistema capitalista gestadas pela hegemonia estadunidense. É necessário ter presente que o imperialismo pós-1945 se orienta não apenas no controle de matérias-primas e conquista de mercados, mas volta sua atenção para investimentos nos setores manufatureiros. Desta forma, o novo caráter da dependência resulta da “[...] penetração sistemática do capital estrangeiro, em especial do capital estadunidense, no setor mais dinâmico das economias dos países dependentes, ou seja, o setor manufatureiro.” (BAMBIRRA, 2013, p. 126).

Este é o processo que a autora denomina como integração monopólica por representar a transformação das burguesias industriais nacionais em reflexos menores das empresas multinacionais, conduzindo-as a rejeitar as “[...] bandeiras anti-imperialistas e nacionalistas-populistas.” (SEABRA, 2013, p. 453), a fortalecer e promover golpes militares com governos ditatoriais nos diferentes países latino-americanos.

Segundo Bambirra (2013), foi baseado na hegemonia da superpotência estadunidense que o desenvolvimento do sistema capitalista no plano mundial encontrou as condições para consolidar todo o processo de integração empresarial, financeira, política, militar e cultural (facilitada pelo desenvolvimento e aperfeiçoamento dos diversos meios de comunicação), o que se deu através da proliferação de empresas “multinacionais” que se instalaram em todos os países capitalistas, através dos acordos regionais de comércio, da criação de sistemas financeiros internacionais, ou da criação de instituições e organismos de coordenação de decisões políticas militares. Finalmente, esse processo se manifestou também mediante a grande expansão da cultura estadunidense em todo o bloco capitalista (BAMBIRRA, 2013), capitaneada pela indústria cinematográfica hollywoodiana.

Por conseguinte, o método histórico-estrutural da autora aproxima a realidade das sociedades latino-americanas pelo processo de integração monopólica no seu conjunto, mas os resultados do desenvolvimento capitalista dependente nos países do tipo A – como Brasil, Argentina e México – apresentam tendências específicas que não se encontram nos países do mesmo tipo, cuja

[...] a penetração do capital estrangeiro na indústria manufatureira foi mais intensa; neles, o fortalecimento do capitalismo de Estado se deu de forma mais estreita vinculada à dominação imperialista, onde a ruptura de ‘compromissos’ políticos das classes dominantes com as classes dominadas foi mais radical e, finalmente, onde as contradições engendradas pelo desenvolvimento capitalista dependente se fazem mais agudas, exigindo soluções mais amplas e radicais. (BAMBIRRA, 2013, p. 219).

Partindo desta definição precisa, Vânia explica a tendência histórica do desenvolvimento capitalista em várias circunstâncias. Isto é, exalta “[...] a necessidade de diminuir o impacto interno de suas contradições congênicas orienta os referidos países, como subprodutos do imperialismo, rumo ao domínio e à subjugação dos demais países latino-americanos.” (BAMBIRRA, 2013, p. 219).

Um exemplo contundente é o caso das tendências que não encontram viabilidade histórica, apesar de existirem configuradas de forma encoberta. Tais tendências subimperialistas que, de acordo com Bambirra, (2013 p. 218)

[...] consistiram na exploração de um país dependente mais desenvolvido sobre outros menos desenvolvidos, em busca do controle de parte substancial de seus mercados, através não apenas de exportações, mas, sobretudo, de investimento em setores econômicos básicos – de recursos naturais ou de instalação de indústrias –, o que suporia um certo domínio político e militar por parte do país subimperialista.

O estabelecimento das tipologias que a autora apresenta, com base nas suas assimetrias, apontam para uma explicativa contundente dos efeitos da ação dos monopólios na América Latina, as contradições e antagonismos inerentes ao capitalismo dependente entre três movimentos relacionados:

(i) O primeiro deles diz respeito à época de reorganização dos espaços de integração regional e do resgate da soberania nacional. Apenas o Brasil, Argentina e México configuram a alternativa de expansão do sistema em termos subimperialistas dentro do mesmo tipo A. E, para a autora, o socialismo compete com a alternativa de desenvolvimento subimperialista, apesar de ser a única via para a ruptura da dependência.

(ii) Os demais países do tipo A assim como os do tipo B dispõem apenas da alternativa de períodos relativamente curtos de crescimento com políticas reformistas e modernizadoras. Nestes países, há uma tendência de haver períodos alternados entre estagnação e crise com poucas possibilidades de desenvolvimento de etapas mais avançadas da industrialização por meio da montagem de bens de produção. Neste espectro, a única alternativa que se configura de desenvolvimento amplo está em outra ordem societária emancipadora, o socialismo, como a única forma de desenvolvimento.

(iii) A natureza metodológica-conceitual para explicar o conjunto de sociedades dependentes passa pelo entendimento divergente da ciência oficial que acredita que a crise é apenas conjuntural, provocada por circunstâncias imediatas que paralisam o crescimento. Outrossim, só é possível enxergar as manifestações históricas específicas e as transformações

das estruturas dependentes com as aproximações sucessivas à realidade concreta para entender o que condiciona o desenvolvimento das sociedades latino-americanas.

Estamos considerando que as sociedades latino-americanas se integram na dinâmica mundial a partir da criação das necessidades e condições que diminuem o valor da força de trabalho, como resultado da produção da mais-valia relativa.

Cabe assinalar, que a transição histórica da subsunção formal para a subsunção real do trabalho ao capital, ou seja, da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa opera na transição do desenvolvimento do capitalismo dependente. O salto qualitativo provocado pelo incremento de novas tecnologias, ao aumentar a extração da mais-valia relativa, intensifica a exploração sobre o trabalho. Olhando este panorama reconhecemos que estamos longe de uma apreensão deste fenômeno sem as aproximações sucessivas à realidade concreta, o que nos exige um empenho contínuo investigativo.

REPRODUÇÃO NO CAPITALISMO DEPENDENTE E A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: PONDERAÇÕES FINAIS INACABADAS

Ao olharmos o capitalismo contemporâneo, vemos a marca de uma acentuada lógica concentradora e destruidora. Identificamos, portanto, profundas mudanças no mundo do trabalho em escala mundial, tanto na sua estrutura produtiva, quanto nas relações sociais. Estas implicam, assim, no reconhecimento da centralidade do trabalho alicerçada na superexploração da força de trabalho para fazer valer a Lei Geral da Acumulação Capitalista, revisada em cada tipologia dos países latino-americanos.

O cenário de desemprego estrutural, precarização, desregulamentação do trabalho desigualdade social, violência, ultraconservadorismo, barbárie e degradação do meio ambiente, que se retrata em escala mundial, evidencia horizontes obscuros na atual etapa do desenvolvimento do capitalismo dependente. Este panorama revela um forte incremento da superexploração da força de trabalho na “nova morfologia do trabalho” (ANTUNES, 2014).

Diante deste quadro assustador, as transformações que têm ocorrido no mundo do trabalho penetram em todas as esferas da sociabilidade humana e não apenas na unidade de produção tal como defendem a narrativa de tendências pós-modernas. Particularmente, tais distorções são consagradas pelo movimento do capital que enraíza a superexploração do trabalho diante do impulso da obtenção de acumulação incessante alinhados, sobretudo, nos movimentos do capital financeiro, na circulação de bens e serviços, na informação, na satisfação e na eficiência.

Ao assimilarmos a dialética do capitalismo dependente através das contribuições da Vânia Bambirra, duas percepções correlacionadas nos deixam em suspenso para a atenção analítica da formação social brasileira:

(i) a primeira diz respeito às crises do capital como estruturantes da formação social brasileira dependente. O esforço analítico da autora indica, metodologicamente, a relevância da compreensão das transformações produtivas, do caráter das crises e da correlação de forças na luta de classes que contribuem, em cada momento histórico, para o

estabelecimento de um padrão de exploração da força de trabalho e que implicam em formas modificadas da superexploração do trabalho.

(ii) a segunda observação foca na forma como se apropriam as análises da formação social brasileira a partir da crítica da economia política e a compreensão profunda da lei do valor. Conforme apontado antes, esta forma se configura como um diferencial nas outras análises histórico-sociológicas ou ainda sociológicas inspiradas na tradição marxista. Consideramos importante salientar que a autora, ao estudar o processo de industrialização e como se deu sua incorporação em mais de 20 países da América Latina, aproximou-se mais da realidade social. Do mesmo modo evidencia como estas formações sociais configuram uma estrutura de classes conformadas por um Estado dominante em cada uma dessas formações. Consequentemente, não generaliza os dois grandes tipos de formação social que identifica como tipologia A e B, além de sugerir a C.

Como argumentamos, a superexploração do trabalho no capitalismo dependente latino-americano, demanda uma burguesia violenta, liberal conservadora, capaz de perpetuá-la mediante a crise estrutural. Opera, nestas circunstâncias, sistematicamente, para equalizar por baixo o valor da força de trabalho.

Almejamos que estas reflexões possam identificar que a particularidade é a forma concreta de como a Lei Geral da Acumulação Capitalista (MARX, 1984) se formaliza em cada país, entendendo a desigualdade das cadeias produtivas de valor, de forma desigual em âmbito regional. Do mesmo modo, atentamos como a Lei Geral da Acumulação é realizada e sentida de forma desigual ocasionando um prejuízo na organização da classe trabalhadora na relação opressão e exploração, conforme a particularidade e momento histórico de cada região.

Dentre outros apontamentos que Vânia Bambirra expressa nos seus textos, este ensaio se propõe, ainda de forma inacabada, a conduzir o leitor para um recorte metodológico e investigativo. Mais do que uma resposta de análise taxativa à conformação dialética capitalista dependente latino-americana, a intenção, destas linhas, é, antes de tudo, expressar que este é um ponto de vista crucial dentre outras preciosas análises já consolidadas na sociologia com tradição marxista.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. **Crise capitalista e reestruturação produtiva**: seus impactos sobre o mundo do trabalho. Boitempo: Campinas: 1993.

AMARAL, Â.; OLIVEIRA, A. C.; SOUZA, C.; SOUZA, E.; LARA, R. e GOMES, V. A Centralidade do Trabalho e da Questão Social: subsídios para as diretrizes curriculares do Serviço Social. **Temporális**, Brasília, ano 21, n. 42, p. 213-229, jul./dez. 2021.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Trabalho. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

ANTUNES, R. Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro. *In*: ANTUNES, R. (org.). **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 1998.

ANTUNES, R. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. Trabalho, Emprego e Renda. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 39-53, ago. 2014.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão** [recurso eletrônico]: o novo proletariado de serviços na era digital. Mundo do trabalho. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R. (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, R.; FILGUEIRAS, V. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. **Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. 2020.

BAMBIRRA, V. Integración monopólica mundial e industrialización: sus contra-dicciones. Sociedad y Desarrollo. **Revista Trimestral del Centro de Estudios Socioeconómicos – CESO**, Chile, 1972.

BAMBIRRA, V. **Capitalismo dependente latino-americano**. Trad. Fernando Correa Prado e Marina Machado Gouvêa. 2. ed. Florianópolis: Insular/IELA, 2013.

CARCANHOLO, M. D.; BARUCO, G. C. da C. Pós-modernismo e neoliberalismo: duas facetas ideológico-políticas de uma pretensa nova era. **Revista Lutas Sociais**, v. 21/22, p. 132-145, 2. sem. 2009. Disponível: http://www4.pucsp.br/neils/downloads/11_marcelo-grasiela.pdf. Acesso em: 14 mar. 2015

COGGIOLA, O. A classe operária hoje. *In*: KATZ, C. et al. **Novas tecnologias: crítica da atual reestruturação produtiva**. São Paulo: Xamã, 1995. p. 147-155.

DEMIER, F. A lei do desenvolvimento desigual e combinado de León Trotsky e a intelectualidade brasileira: breves comentários sobre uma relação pouco conhecida. **Outubro**, São Paulo. n. 16, p. 75-107, 2. sem. 2007.

FERREIRA, C. Vânia Bambirra, intérprete de Lênin. De O capital à Revolução de Outubro (1867 – 1917). *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E O MARXISMO, 2017, Niterói. **Anais** [...]. Niterói: , 2017. Disponível em: <https://www.nie-pmarx.blog.br/MManteriores/MM2017/anais2017/MC65/mc651.pdf>. Acesso em: 27 jun. 22

FERREIRA, C.; OSÓRIO, J.; LUCE, M. **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012.

GORZ, A. **Adeus ao proletariado**: para além do socialismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

GORZ, A. A alienação só pode ser superada fora do trabalho assalariado. **A sociedade**: entrevistas do Le Monde. São Paulo: Ática, 1989. p. 167-176.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

IAMAMOTO, M. A Questão Social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, ano 2, n. 3, p. 09-32, jan./jul. 2001.

KUMAR, K. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna**: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LENIN, V. Once again on the trade unions, the current situation and the mistakes of Trotsky and Bukharin. *In: . Collected Works*. v. 32. Moscou: Progress, 1965.

LENIN, V. **Imperialismo**: fase superior do capitalismo. Trad. Leila Prado. São Paulo: Ed. Centauro, 2005.

LUKÁCS, G. **A Destruição da Razão**. Trad. Bernard Herman Hess; Rainer Patriota; Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.

MANDEL, E. **A Crise do Capital**: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ed. Ensaio, 1990.

MARINI, R. M. **Dialética da Dependência**. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda, 2000.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. *In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (org.). Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 137-181.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. v. 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. v. 1. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARX, K. **Capítulo VI (Inédito)**. São Paulo: Centauro, 2004.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. Trad. Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

LUKÁCS, G. **Pensamento vivido**. São Paulo: Estudos e edições Ad Hominem, 1999.

LUCE, M. S. **Teoria Marxista da Dependência**: problemas e categorias. Uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

NETTO, J. P. **Lukács e a crítica à filosofia burguesa**. Lisboa: Seara Nova, 1978.

NETTO, J. P. Cinco notas à propósito da “Questão Social”. **Temporalis**, Brasília, ano 2, n. 3, p. 41-50, jan./jul. 2001.

OLIVEIRA, A. C. C. O.; SOUZA, G.; SOARES, M. Capitalismo dependente brasileiro: retrocessos sociais e avanço do conservadorismo reacionário em tempos de crise do capital. *In*: RAMOS, A. et al. (org.). **Desenvolvimento, formação social brasileira e políticas públicas**: subsídios analíticos para o Serviço Social. 2. ed. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019. p. 11-24.

OSORIO, J. Sobre superexploração e capitalismo dependente. **Caderno CRH**, Salvador, v. 31, n. 84, p. 483-500, set./dez. 2018.

PRADO, F. C. Vânia Bambirra e o marxismo crítico latino-americano. **Re-bela**, v. 1, n. 1, p. 152-160, jun. 2011.

SEABRA, R. L. O capitalismo dependente latino-americano 40 anos depois **Revista Sociedade e Estado**, v. 28, n. 2, p. 449-454, maio/ago. 2013.

SOUSA, A. A. S. de; SILVA, L. B. da; MARINHO, E. S. A categoria totalidade e a atualidade histórico-social da crítica aos pensamentos pós-estruturalista e pós-moderno. *In*: PEREIRA, L. D.; BARBOZA, D. R. (orgs.). **Políticas regressivas e ataques aos direitos sociais no Brasil**: dilemas atuais em um país de capitalismo dependente. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. p. 57-77.

VIANA, N. **A mercantilização das relações sociais**. 2. ed. Curitiba: Appris, 2018.